



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão dos Orçamentos

2010/2300(INI)

1.4.2011

PARECER

da Comissão dos Orçamentos

dirigido à Comissão do Desenvolvimento

sobre o futuro do apoio orçamental da UE aos países terceiros
(2010/2300 (INI))

Relatora de parecer: Anne E. Jensen

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão dos Orçamentos insta a Comissão do Desenvolvimento, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Manifesta a sua surpresa pelo modesto fornecimento de dados e números relativos ao apoio orçamental no Livro Verde da Comissão e coloca a questão de saber de que forma as partes e os interessados podem contribuir plenamente para esta consulta sem dados disponíveis e partilhados relativos aos números e tendências no domínio do apoio orçamental;
2. É de opinião que a ajuda da UE deve gerar uma mudança real de qualidade nos países parceiros e reconhece que o apoio orçamental constitui um instrumento eficaz para alcançar este objectivo, desde que utilizado paralelamente a um diálogo eficaz no plano político e estratégico, bem como com condicionalidade;
3. Considera que o apoio orçamental, se utilizado correctamente, constitui um instrumento muito importante para o desenvolvimento, que reforça a apropriação das estratégias de desenvolvimento nos países parceiros, incrementa a responsabilização dos governos e aumenta a previsibilidade da ajuda; sublinha, contudo, que o apoio orçamental não deve ser apenas uma mera transferência financeira, devendo, sim, fazer parte de um conjunto de medidas que incluam um diálogo sobre as políticas, a avaliação dos resultados, o desenvolvimento de capacidades e outras intervenções de apoio;
4. Recorda que indicadores claramente definidos, amplamente apoiados e seguidos de perto são essenciais para demonstrar os efeitos concretos do apoio orçamental em países terceiros e que as autoridades orçamentais competentes devem ser informadas regularmente sobre os indicadores e as directrizes que dão forma ao processo decisório em relação ao apoio orçamental; assinala que estes indicadores devem ser mais bem adaptados às necessidades específicas dos países parceiros, a fim de evitar a abordagem uniforme adoptada pela Comissão, que é potencialmente contraproducente;
5. Considera que as decisões de financiamento relativas ao apoio orçamental devem ser motivadas não apenas pelos benefícios esperados, mas também pelos riscos a curto e longo prazo em que incorrem tanto os países doadores, como os países parceiros; observa que o Tribunal de Contas, no seu relatório especial¹, concorda plenamente com esta análise ao realçar que um quadro para uma boa gestão do risco está ainda por desenvolver e aplicar;
6. Considera que a previsibilidade dos fluxos de ajuda é um dos factores mais importantes para garantir a qualidade da despesa, pois permite aos países parceiros proceder a um planeamento a longo prazo das despesas e apoiar melhorias em benefício das políticas sectoriais; preconiza que uma tal abordagem seja reforçada pelas políticas orçamentais dos países parceiros e pela mobilização das respectivas receitas nacionais, o que, a longo prazo, deverá reduzir a dependência da ajuda;

¹ Relatório especial nº 11/2010 do Tribunal de Contas Europeu: "Gestão, por parte da Comissão, do Apoio Orçamental Geral nos países ACP, da América Latina e da Ásia".

7. Entende que uma efectiva responsabilização mútua constitui um pilar do apoio orçamental e uma condição prévia da sua sustentabilidade: considera que, não só os governos dos países doadores e dos países parceiros devem ser plenamente responsáveis a nível interno, mas que também é importante que os governos, deputados e cidadãos de ambas as partes sejam responsáveis perante as respectivas contrapartes; considera que, a este respeito, convém empreender mais esforços para aumentar a consciência do público nos países doadores e nos países parceiros relativamente ao alcance e aos resultados do apoio orçamental;
8. Salienta que a responsabilidade de um governo de um país parceiro perante os seus cidadãos é um factor decisivo para obter resultados em matéria de desenvolvimento; recorda que, até este momento, as melhorias observadas a nível da responsabilidade nacional são apenas modestas, em parte devido a uma fraca capacidade da sociedade civil e dos parlamentos de muitos países de defenderem e controlarem as opções políticas no quadro de um processo orçamental transparente; solicita, por conseguinte, a introdução de uma implicação sistemática dos parlamentos nacionais e da sociedade civil no diálogo político sobre a redução da pobreza e nas revisões anuais do apoio orçamental;
9. Destaca a necessidade de combater a fraude e a corrupção, considerando estes factores uma ameaça particularmente grave para as metas de desenvolvimento e a eficácia do apoio orçamental, susceptível de comprometer a legitimidade da utilização do apoio orçamental;
10. Está firmemente convicto de que uma análise exaustiva sobre o futuro do apoio orçamental da UE aos países terceiros tem que abordar a questão da orçamentação do Fundo Europeu de Desenvolvimento; está ciente do contexto histórico e institucional que presidiu à situação actual, mas considera que chegou o momento de o Conselho, os Estados-Membros e os países ACP reconhecerem que esta situação é prejudicial à eficiência, transparência e responsabilidade do apoio orçamental da UE; sublinha, contudo, que esta orçamentação não deve implicar uma diminuição do envelope financeiro global destinado às políticas para o desenvolvimento;
11. Recorda que a UE tem mais peso a nível internacional do que a soma dos seus Estados-Membros; convida os Estados-Membros, a Comissão e o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), em conformidade com as práticas instituídas noutros domínios de intervenção, a melhorarem a coordenação do respectivo apoio orçamental a países terceiros a fim de evitar e/ou de eliminar sobreposições, contradições e incoerências; lamenta as análises que ilustram que, a nível sectorial, políticas, instituições e sistemas operacionais fracos levaram os doadores a utilizar os seus próprios sistemas para a execução dos projectos e a agir a nível bilateral, e não de uma forma coordenada, situação essa que é tanto mais inaceitável num contexto de recursos escassos e que torna também muito difícil para a UE manter as suas promessas de tornar a ajuda mais previsível; afirma que a concentração em domínios específicos que oferecem o maior valor acrescentado deve nortear o apoio orçamental da UE em todas as fases de preparação e execução;
12. Salienta que uma melhor coordenação visa otimizar a afectação de recursos, reforçar o intercâmbio de boas práticas e incrementar a eficiência do apoio orçamental;
13. Considera que a União deve reconhecer e utilizar o valor acrescentado gerado pelo seu

enorme peso político e pelo seu potencialmente vasto campo de acção, assegurando uma influência política proporcional ao apoio financeiro concedido.

BUDGET SUPPORT FROM EUROPEAN DEVELOPMENT FUND

**COMMITMENTS AND PROGRAMMING
IN ACP COUNTRIES UNTIL END 2009**

Country	9th EDF (2003-2007) commitments		10th EDF (2008-2013) programming		10th EDF (2008-2013) commitments	
	GBS	SBS	GBS	SBS	GBS	SBS
<i>Barbados</i>		10 500 000		8 300 000		
<i>Burkina Faso</i>	197 000 000	2 000 000	320 000 000	75 000 000	325 620 000	50 000 000
<i>Burundi</i>	84 120 000		90 000 000		68 700 000	
<i>Benin</i>	92 580 000	97 000 000	100 000 000	75 600 000	76 900 000	25 000 000
<i>Bahamas</i>			4 200 000			
<i>Botswana</i>		51 416 000		62 000 000		60 000 000
<i>Belize</i>				10 000 000		
<i>Congo (RDC)</i>	106 000 000				22 620 000	
<i>Central African Republic</i>	18 530 000		34 000 000		29 210 000	
<i>Congo (Brazzaville)</i>	30 450 000					
<i>Cape Verde</i>	21 225 000		33 000 000		16 300 000	11 500 000
<i>Dominica</i>		10 780 000	4 600 000			
<i>Dominican Republic</i>	38 000 000	48 200 000	91 300 000	53 700 000		
<i>Ethiopia</i>	58 273 703	162 464 024	195 000 000	200 000 000		200 000 000
<i>Falkland Islands</i>		4 547 116				
<i>Gabon</i>				10 000 000		
<i>Grenada</i>		10 000 000		5 000 000	5 290 000	
<i>Ghana</i>	111 000 000	5 000 000	175 000 000	83 000 000	216 020 000	8 000 000
<i>Gambia</i>			22 000 000			
<i>Guinea-Bissau</i>	18 100 000		32 000 000		32 950 000	
<i>Guyana</i>	41 196 379		30 200 000	14 800 000		
<i>Haiti</i>	36 200 000		48 000 000	10 000 000	64 580 000	
<i>Jamaica</i>	32 550 000	12 250 000	60 500 000	33 000 000	41 900 000	33 000 000
<i>Kenya</i>	125 000 000		126 800 000	66 400 000		
<i>Comoros</i>		16 465 000			7 270 000	
<i>Saint Lucia</i>				6 900 000		
<i>Liberia</i>	3 500 000		20 200 000		27 000 000	

Country	9th EDF (2003-2007) commitments		10th EDF (2008-2013) programming		10th EDF (2008-2013) commitments	
	GBS	SBS	GBS	SBS	GBS	SBS
<i>Lesotho</i>			53 800 000		26 000 000	
<i>Madagascar</i>	129 500 000		170 000 000	160 000 000	90 000 000	
<i>Mali</i>	156 530 000	87 000 000	150 000 000	106 500 000	155 700 000	
<i>Mauritania</i>			38 000 000	29 000 000		
<i>Montserrat</i>		17 200 000				
<i>Mauritius</i>	28 552 531	44 357 000	43 500 000		44 990 000	16 600 000
<i>Malawi</i>	85 500 000		175 000 000	60 000 000	123 890 000	
<i>Mozambique</i>	149 922 000	92 700 000	311 000 000	181 200 000	315 110 000	30 000 000
<i>Namibia</i>		85 000 000		60 200 000		
<i>New Caledonia</i>		21 500 000				
<i>Niger</i>	181 000 000		150 000 000	135 000 000	93 000 000	15 000 000
<i>Saint Pierre and Miquelon</i>		12 810 000				
<i>Rwanda</i>	101 764 000		175 000 000	35 000 000	184 440 000	78 800 000
<i>Seychelles</i>			7 500 000		15 500 000	
<i>Saint Helena</i>		15 590 000				
<i>Sierra Leone</i>	62 000 000		90 000 000	10 000 000	64 820 000	
<i>Senegal</i>	53 000 000		133 000 000	25 000 000	75 000 000	
<i>São Tomé and Príncipe</i>				13 300 000		
<i>Turks and Caicos Islands</i>	14 635 000					
<i>Chad</i>	23 800 000					
<i>Togo</i>	5 000 000		32 000 000		32 500 000	
<i>Trinidad and Tobago</i>		27 300 000		24 300 000		
<i>Tanzania</i>	201 000 000	43 500 000	305 000 000	139 000 000	314 840 000	70 000 000
<i>Uganda</i>	92 000 000	17 500 000	175 000 000	55 000 000	175 000 000	
<i>Saint Vincent and Grenadines</i>				6 200 000		
<i>Vanuatu</i>	4 750 000		8 600 000			
<i>Samoa</i>				25 500 000		15 300 000
<i>Zambia</i>	179 000 000	93 000 000	232 000 000	136 000 000	255 000 000	35 000 000
TOTAL	2 481 678 612	988 079 139	3 636 200 000	1 914 900 000	2 900 150 000	648 200 000

GBS: general budget support (support for a country's national development strategy)

SBS sector budget support (support for a particular sector)

Source: European Court of Auditors Special Report No 11/2010.

**BUDGET SUPPORT
FROM DEVELOPMENT COOPERATION INSTRUMENT
COMMITMENTS IN ASIAN AND LATIN AMERICAN COUNTRIES
2002-2009**

<i>Country</i>	<i>GBS</i>	<i>SBS</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Bangladesh</i>	0	105 000 000	105 000 000
<i>Bolivia</i>	0	96 500 000	96 500 000
<i>Ecuador</i>	0	54 600 000	54 600 000
<i>Guatemala</i>	0	33 800 000	33 800 000
<i>Honduras</i>	60 500 000	34 000 000	94 500 000
<i>Indonesia</i>	0	145 000 000	145 000 000
<i>India</i>	0	340 000 000	340 000 000
<i>Kyrgyzstan</i>	0	65 000 000	65 000 000
<i>Cambodia</i>	23 100 000	30 000 000	53 100 000
<i>Laos</i>	16 200 000	0	16 200 000
<i>Nicaragua</i>	75 500 000	92 900 000	168 400 000
<i>Nepal</i>	0	38 000 000	38 000 000
<i>Peru</i>	0	60 800 000	60 800 000
<i>Philippines</i>	0	59 000 000	59 000 000
<i>Pakistan</i>	0	109 000 000	109 000 000
<i>Paraguay</i>	24 000 000	54 000 000	78 000 000
<i>El Salvador</i>	37 000 000	37 100 000	74 100 000
<i>Tajikistan</i>	0	43 000 000	43 000 000
<i>Uruguay</i>	0	8 000 000	8 000 000
<i>Vietnam</i>	102 000 000	16 000 000	118 000 000
TOTAL	338 300 000	1 421 700 000	1 760 000 000
			<i>breakdown as follows:</i>
			2002-2006, from ALA: 810 125 000
			2007-2009, from DCI: 949 875 000

GBS: general budget support (support to a country's national development strategy)

SBS: sector budget support (support for a particular sector)

Source: European Court of Auditors Special Report No 11/2010

BUDGET SUPPORT PAYMENTS IN 2009
FROM EDF AND EU BUDGET (DCI)

million EUR

REGION	Total budget support	GBS		SBS	
		Amount	% of total BS	Amount	% of total BS
ACP <i>as % of BS to all regions</i>	1 009.0 61%	755.1 97%	75%	253.9 29%	25%
LATIN AMERICA <i>as % of BS to all regions</i>	121.8 7%	6.5 1%	5%	115.3 13%	95%
ASIA <i>as % of BS to all regions</i>	112.0 7%	16.0 2%	14%	96.0 11%	86%
ENPI <i>as % of BS to all regions</i>	415.0 25%	0.0 0%	0%	415.0 47%	100%
TOTAL <i>as % of BS to all regions</i>	1657.8 100%	777.6 100%	47%	880.2 100%	53%

GBS: general budget support (support for a country's national development strategy)

SBS: sector budget support (support for a particular sector)

Source: DEVCO, European Commission

**LINK BETWEEN GBS ALLOCATIONS AND THE COMMISSION'S ASSESSMENT
OF RISK OF NON-UTILISATION OF GBS DUE TO THE NON RESPECT OF THE
ELIGIBILITY CRITERIA**

		<i>LOW RISK</i>	<i>MEDIUM RISK</i>	<i>HIGH RISK</i>
<i>Number of ACP countries with budget support programmes planned in their national indicative programme for the 10th EDF</i>		20	14	8
<i>Number of ACP countries with no budget support programmes planned in their national indicative programme for the 10th EDF</i>		0	8	18
<i>Budget support as % of the national indicative programme for the 10th EDF</i>	<i>Average</i>	73.0 %	63.2 %	35.0 %
	<i>Lowest</i>	48.1 %	39.6 %	19.9 %
	<i>Highest</i>	89.4 %	95.3 %	84.7 %

Source: European Court of Auditors Special Report No 11/2010

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	31.3.2011
Resultado da votação final	+ : 25 - : 3 0 : 0
Deputados presentes no momento da votação final	Marta Andreasen, Francesca Balzani, Reimer Böge, Lajos Bokros, Giovanni Collino, Jean-Luc Dehaene, James Elles, Göran Färm, José Manuel Fernandes, Carl Haglund, Lucas Hartong, Monika Hohlmeier, Sergej Kozlík, Jan Kozłowski, Alain Lamassoure, Giovanni La Via, Vladimír Maňka, Claudio Morganti, Nadezhda Neynsky, Miguel Portas, László Surján, Angelika Werthmann e Jacek Włosowicz.
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Maria Da Graça Carvalho, Gerben-Jan Gerbrandy, Jan Olbrycht e Peter Šťastný.
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Ivo Vajgl.